

“O Circuito Fora do Eixo: ação coletiva e institucionalização da produção cultural independente brasileira”

Andamento atual da pesquisa

GT 03- Produção, consumos culturais e Mídia

Autor: Giancarlo da Silva Galdino

Resumo:

Este trabalho apresenta um panorama dos novos arranjos produtivos de cultura e a estruturação e o funcionamento do Circuito Fora do Eixo – CFE - como lócus de ação coletiva de diferentes grupos espalhados pelo país para a produção de um bem público ou coletivo: instrumentos de viabilização da produção cultural independente. Propomos um debate sobre a construção de arranjos institucionais no campo da produção contemporânea de bens culturais, que são ao mesmo tempo arranjos produtivos e criativos, que integram arranjos locais a uma rede colaborativa, pautada em princípios de economia solidária, mídias livres e produção independente. Esta pesquisa está em curso no âmbito do programa de pós-graduação em ciências sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Palavras-chave: Arranjos produtivos, Indústria cultural, ação coletiva.

1. Introdução

A pesquisa “*Parapoderembolar: o mercado e as identidades no universo da música independente paraibana*”¹ apontou questões relevantes para refletirmos sobre as transformações da indústria cultural e a constituição de uma nova divisão social do trabalho no campo da música, que faz do músico o produtor e gestor de suas atividades profissionais. Este cenário apresentou - para além de questões de hibridismo e de mundialização da cultura - duas características estruturantes para a elaboração de novas formas de produzir música: 1. O movimento de descentralização dos polos produtivos de música e de seus mecanismos de distribuição - tendo a internet como principal ferramenta para disseminar produções locais no mundo globalizado - e a absorção das novas tecnologias - tanto do seu aspecto cultural quanto seu apelo estético – pelos músicos e produtores. 2. Uma alteração na racionalização do fazer musical. A mudança dos meios de produção conduziu novos processos de instrumentalização dos indivíduos que compõem o campo da produção cultural, para se criar as condições possíveis dos músicos exercerem novos papéis, sobretudo os administrativos de suas carreiras. Estes dois movimentos se mostraram sincrônicos.

A produção cultural independente brasileira passa por um laboratório contínuo, devido a ausência de modelos estruturais que as transformações da indústria cultural deixou. O Estado passa a ter um papel fundamental na sustentabilidade deste processo, com o aumento considerável de financiamento através de editais públicos. Ao mesmo tempo, surgem instituições novas, que, além de serem unidades de representatividade (como os sindicatos e a ordem de músicos do Brasil), adquirem o status de modos e meios de produção cultural.

Diante da impossibilidade de crescimento expansivo e vertical, tal qual a música que os produtores independentes chamam de “massiva”, alguns setores do mercado independente começam a

¹Desenvolvida no âmbito do mestrado em ciências sociais no programa de pós - graduação em ciências sociais PPGCS – UFCG entre 2008 e 2010.

se articular no formato de redes institucionais, pois assim, podem se desenvolver a partir da articulação entre vários poderes oblíquos (Canclini, 1997) espalhados em diversas localidades. Estes poderes são representados pelos donos de festivais e de casas de shows, pelas prefeituras municipais, por associações, por pequenas gravadoras, enfim, por diversas forças que parecem compactuar com o modelo de desenvolvimento cultural pautado na troca de serviços. Contudo, a sustentabilidade destas redes também depende de constantes negociações com agentes da indústria cultural (meios de comunicação de massa) e o poder público, através de editais de incentivo a cultura.

Atualmente, estes poderes oblíquos estão espalhados pelo Brasil. Eles ficaram reconhecidos popularmente como “coletivos de cultura”. Com base na cooperação entre diversos agentes (tanto política quanto econômica), facilita-se a disponibilidade de recursos (humanos e materiais) para a produção de bens culturais. O termo “coletivo”, portanto, serve para estabelecer algum tipo de regulamentação das trocas entre estes diversos agentes, na perspectiva de se desenvolverem sem uma aparente concentração de poder.

Diante deste contexto de parcerias, de trocas e de disputas, surge um coletivo de coletivos, o Circuito Fora do Eixo (CFE), que se autodenomina como “uma rede colaborativa pautada pelos princípios da economia solidária, formada por mais ou menos 200 coletivos de produtores culturais e artistas espalhados por todo o País”. De acordo com o CFE, seu objetivo é estimular a circulação de bandas, o intercâmbio de tecnologias de produção e o escoamento de produtos culturais. Em meados de 2010, CFE atingiu uma posição de destaque no campo da produção de eventos de música, devido a sua capacidade de articulação e ação coletiva. Ao mesmo tempo, a rede de coletivos se mostrou bastante ativa politicamente e tem como prática debater políticas públicas em várias esferas e espaços políticos.

O objetivo deste trabalho é, portanto, apresentar um breve escopo analítico sobre esta rede de coletivos que, por sua natureza, apresenta alguns dilemas teórico-metodológicos no campo dos estudos de produção cultural no Brasil.

2. O Circuito Fora do Eixo

O circuito Fora do Eixo surgiu em 2005 com a integração de produtores culturais de Cuiabá (MT), Rio Branco (AC), Uberlândia (MG) e Londrina (PR), inicialmente preocupados em promover a circulação de bandas independentes. Em poucos anos o CFE se capilarizou, atingindo os 26 estados brasileiros, o distrito federal e países da América Central e América do Sul. A expansão do circuito é fundamental para a sua legitimação no âmbito das políticas culturais nacionais, por demonstrar representatividade em praticamente todo território nacional. Ao mesmo tempo, territorializa o movimento e se adequa a contextos e políticas públicas locais. O CFE continua buscando novos parceiros e estimula a criação de novos coletivos, principalmente em cidades do interior do país.

Com esta estratégia o CFE criou “rotas” em praticamente todo o país viabilizando a circulação de bandas e outros artistas. Ao mesmo tempo, estas rotas funcionam como uma espécie de missão, na qual os integrantes aproveitam para disseminar as idéias da rede e agregar mais participantes. Cada membro se torna a própria rede. Os elos de confiança são fundamentais entre os membros do grupo. A sustentabilidade necessária para estas rotas depende da articulação entre os coletivos, de investimento direto do próprio CFE, de investimentos públicos (através de editais e patrocínios) e/ou de investimento privado dos próprios artistas, que acreditam ter com estas rotas a possibilidade de serem vistos e assim, construir seu próprio público e suas próprias redes de contatos.

Os trabalhos do CFE costumam ser organizados em frentes temáticas, como “Economia Solidária”, “Centro Multimídia”, “Tecnologias Livres”, “Artes Visuais”, “Música”, “Clube de Cinema”, “Palco” (teatro), “Partido da Cultura”, “Universidade FDE”, “Fora do Eixo Letras”². De

²O organograma completo do Circuito Fora do Eixo segue em anexo.

acordo com a instituição, “cada uma das frentes é formada por agentes produtores dos mais diversos Pontos Fora do Eixo de todo o Brasil, que são responsáveis pela concepção dos projetos desenvolvidos pela rede, bem como pela sua aplicação nas cidades”³.

Entretanto, supomos que nem todos os coletivos conseguem absorver estas frentes/estruturas igualmente, já que elas foram se estabelecendo aos poucos, de acordo com a ação coletiva⁴ de indivíduos que estão há mais tempo no circuito. Portanto, parece ocorrer uma desigualdade no fluxo de informações, dificultando a própria organização da instituição. Há uma preocupação constante de formação e estímulo, para que se gere um nivelamento dos processos de estruturação do circuito.

Como consequência, a horizontalidade proposta pelo CFE em formato de rede perde espaço na medida em que a experiência individual capacita determinados indivíduos e coletivos a serem mais proativos que outros, estabelecendo um tipo de hierarquia. Esta hierarquia apresenta um grau de flexibilidade, na medida em que os coletivos e indivíduos mais experientes precisam daqueles menos experientes para desenvolver suas atividades. Ao mesmo tempo, apresentar objetivamente uma hierarquia significa perda do imaginário construído pelo Fora do Eixo: uma plataforma livre e colaborativa que estimula a circulação e produção de bens culturais.

Estas frentes formadas por ações coletivas parecem se estruturar como simulacros⁵. Termos como “Banco CFE”, “Partido da Cultura” (Pcult), “Artista igual a pedreiro” entre outros, são exemplos de como o CFE se apropria de estruturas da sociedade vigente e as modificam, ressignificando-as. São, portanto, resultantes da produção simbólica ocasionadas pelos processos de racionalização entre os indivíduos e o grupo, que compõem coletivamente estas estruturas para aperfeiçoar as ações do circuito. Por outro lado, estes simulacros podem esconder os interesses individuais daqueles que os produzem.

A pluralidade de ações coletivas também parece ampliar a capacidade de legitimar o CFE como “plataforma de cultura livre”, fundamentando assim, a sua íntima relação com a lógica da cultura digital, em que a produção de bens culturais passa por um processo de flexibilização, da lógica industrial para uma cultura do compartilhamento (Harvey, 2008). A internet, enquanto meio comunicacional, confunde a forma tradicional massiva de divulgação cultural. Por meio dela, corrompe-se a verticalidade no trânsito da cultura (emissor-receptor), tão enfatizada nos primeiros estudos de indústria cultural. (Netto, 2008).

Esta “plataforma” parece, portanto, ser o principal benefício público do CFE, visto que ela é consumida por indivíduos X_1 , X_2 , X_3 e não pode viavelmente ser negado a outros membros desse grupo. “Em outras palavras, aqueles que não pagam por nenhum dos benefícios públicos ou coletivos de que desfrutam não podem ser excluídos ou impedidos de participar do consumo desses benefícios, como podem quando se trata de benefícios não-coletivos” (Olson, 1995:27).

A necessidade de expansão e de articulação é uma das características mais marcantes do CFE, já que o seu principal produto é a prestação de serviços. Através dos diversos núcleos de produção, o CFE oferece suas tecnologias de produção para seus parceiros. Muitas dessas tecnologias são negociadas como moeda de troca. Assim, o trabalho funciona como dinheiro e é organizado em bancos de horas, que controla a quantidade de trabalho/dinheiro que seus participantes possuem para gastar dentro ou fora a instituição.

Assim, os seu membros construíram uma moeda complementar, o “Fora do eixo Card” que é

³<http://foradoeixo.org.br/>

⁴Compreendendo ação coletiva como toda e qualquer ação empreendida por membros de um grupo que procuram adquirir benefícios públicos (Olson, 1999).

⁵Simulacros são experiências, formas, códigos, digitalidades e objetos sem referência que se apresentam mais reais para o grupo do que, por vezes, a própria realidade, já que foram construídos com funções específicas para este grupo. São, portanto, são capazes de produzir uma realidade diferenciada, pautada nos princípios de reciprocidade e de confiança do Circuito Fora do Eixo.

usado para pagar cachês de bandas, ensaios em estúdios, a cerveja da balada entre outros custos comuns aos integrantes da rede. Ao mesmo tempo que estes “Cards” facilitam a troca de serviços e a manutenção dos integrantes na rede, há uma desconfiança por parte daqueles que não fazem parte do CFE, na medida em que esta moeda complementar omite o ganho real da rede sobre os trabalhos acionados por ela.

A necessidade se estabelecer serviços entre diversos produtores culturais se articulou à utilização efetiva das novas tecnologias (computação em nuvem⁶, mídias sociais, softwares livres). Estas características, portanto, aproximam o Circuito Fora do Eixo no debate sobre *redes sociais*, que se apropria do discurso para apoiar a defesa de projetos na área e criar espaços de interação cibernéticos livres⁷.

Neste caso, precisamos considerar que uma *rede social* é uma estrutura social composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que partilham valores e objetivos comuns. Uma das características fundamentais na definição das redes é a sua abertura e porosidade, possibilitando relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os participantes. “Redes não são, portanto, apenas outra forma de estrutura, mas quase uma não estrutura, no sentido de que parte de sua força está na habilidade de se fazer e desfazer rapidamente” (Duarte, 2008).

Contudo, a conexão fundamental entre as pessoas que procuram o CFE se dá através de interesses individuais, que se articulam e formam a representação de uma identidade coletiva pautada na democratização dos meios de produção cultural e na valorização da liberdade individual. Como aponta Capra (2008) os limites das redes não são limites de separação, mas limites de identidade. Assim, não é um limite físico, mas um limite de expectativas, de confiança e lealdade, o qual é permanentemente mantido e renegociado pelas redes de comunicações, sejam interpessoais ou virtuais.

O Circuito Fora do Eixo opera em diferentes níveis e permite analisarmos a forma como a organização desenvolve a sua atividade, ou seja, como os indivíduos alcançam os seus objetivos ou medem o seu *capital social*: o valor que os indivíduos obtêm dentro dela. Assim, nós podemos questionar: Quais as sanções e incentivos que o CFE promove para que ocorram ações coletivas? Como funcionam as relações econômicas e sociais entre os diversos coletivos de cultura do CFE? Existe alguma contradição entre os interesses individuais e os coletivos? Como se produzem as identidades deste processo? Como o CFE molda o comportamento destes diversos produtores culturais ao estruturar-se baseado em princípios como “economia solidária” e “mídias livres”? Há algum tipo de hierarquização (simbólica e/ou econômica) dentro do CFE?

3. Ação coletiva e institucionalização: novos modelos analíticos da produção cultural em rede

O Circuito Fora do Eixo parece se apresentar como arranjo institucional de coerção mútua, visto que ele teria, como um de seus principais papéis, permitir a superação dos dilemas da ação coletiva (ou sociais) de um grupo de produtores culturais cujos interesses individuais são múltiplos. Para isso, se apropria das tecnologias da informação para aperfeiçoar este processo e produzem um conceito de *redes*, como mecanismo de afirmação de grupo. Apesar desta multiplicidade de interesses individuais, é notória a preocupação de se estabelecer um desenvolvimento cultural associado ao desenvolvimento sócio-econômico (questões ambientais e de comportamento, por exemplo), o que faz da cultura (bens culturais, que inclui manifestações estéticas e simbólicas) e dos seus meios de produção outro *bem*

⁶O conceito de computação em nuvem refere-se à utilização da memória e das capacidades de armazenamento e cálculo de computadores e servidores compartilhados e interligados por meio da Internet.

⁷O portal <http://foradoeixo.org.br/>, por exemplo, foi financiado pelo programa Mais Cultura do ministério de cultura do governo federal. Seu código de programação é aberto, sendo, portanto, construído coletivamente.

coletivo. Neste contexto, o CFE pensa a cultura como um recurso⁸ (Yúdice, 2006) e produz regras de conduta sobre os seus integrantes para sua manutenção.

É comum identificarmos o descontentamento entre ex-integrantes ou parceiros sobre a prática de trabalho voluntário, conduzida pelo CFE, chegando inclusive a questionar a sua horizontalidade. Também é questionado a De acordo com os membros do grupo, aquele que acumulou mais “lastro” ao longo da trajetória da rede possui um maior capital político, com capacidade inclusive a cooptar outros membros ou coletivos a conduzirem suas ações de acordo com seus interesses individuais. Ao mesmo tempo, são necessárias regras básicas de convivência em grupo para que haja uma maior eficácia nas tecnologias que também são produzidas em conjunto.

Esta contradição entre racionalidade individual e racionalidade coletiva é o ponto de partida de Mancur Olson, sobretudo, para marcar posição no campo da teoria das organizações. Olson (1999) pressupõe que indivíduos racionais, mesmo quando podem ganhar enquanto grupo, se agissem para alcançar um bem ou objetivo comum, não adeririam voluntariamente à ação coletiva necessária para que os interesses do grupo sejam realizados. Seguindo este princípio, o autor busca desconstruir a ideia de que os indivíduos com interesses comuns vão atuar no sentido de favorecer estes interesses da mesma forma que se espera que indivíduos atuem de acordo com seus interesses pessoais. Consequentemente, os interesses dos indivíduos entram em contradição com os interesses do grupo ou da organização a que estes mesmo indivíduos aderem. “E são os interesses individuais que definem a estratégia de ação dos indivíduos num grupo ou organização” (Cunha, 2002:13).

Esta contradição nasce justamente das características dos bens públicos e das organizações. A provisão de bens públicos ou coletivos é a função fundamental de todas as organizações (Olson, 1999). De um lado, uma vez conquistado, o bem não pode ser negado a todos os membros do grupo, quer eles tenham participado ou não na ação coletiva para a apropriação deste bem. Por outro lado e, principalmente, quando se tratam de grupos grandes, os esforços individuais não têm um efeito marcante na situação da organização (Cunha, 2002). Eles funcionam basicamente como estratégia individual para se conquistar a confiança de outros membros, na tentativa de revertê-la em capital simbólico e/ou econômico (Bourdieu, 2006).

No entanto, cada membro do grupo tem a opção de escolher entre empenhar-se ou não nas ações do CFE. Assim, o grupo tem um problema de ação coletiva quando é melhor para o coletivo que todos participem e, por outro lado, melhor para cada um não cooperar com a ação (Elster, 1994). Em outras palavras, parece que os dilemas sociais acontecem sempre que os indivíduos em situações interdependentes realizam escolhas em que a maximização do interesse individual, normalmente de curto prazo, gera resultados contraditórios com os interesses do grupo como um todo, seu longo prazo.

Assim, é preciso que existam mecanismos de sanção ou incentivos para que haja participação dos indivíduos nas organizações, principalmente quando se tratam de grupos maiores, como o Circuito Fora do Eixo. Já em grupos pequenos, cada um dos membros, ou ao menos um deles, achará que seu ganho pessoal ao obter o benefício coletivo excede o custo total de prover determinada quantidade desse benefício (Olson: 1999). Nesta situação podemos falar em ação voluntária de seus membros. Porém, Olson afirma que só “determinados acertos institucionais específicos darão aos membros individuais um incentivo para adquirir quantidades do benefício coletivo em um nível que satisfaria aos interesses do grupo como um todo” (1999:47).

Porém, os grupos pequenos podem ser perfeitamente capazes de prover-se de um benefício coletivo pura ou simplesmente por causa da atração individual que o benefício tem para cada um de seus membros. Nisso pequenos grupos diferem dos grandes:

⁸ Hoje, a cultura gera e atrai investimentos. Sua distribuição e utilização, seja para o desenvolvimento econômico e turístico, seja para as indústrias culturais ou novas indústrias dependentes da propriedade intelectual, mostra-se como fonte inesgotável. A cultura neste contexto pressupõe, portanto, o seu gerenciamento.

“Quanto maior for o grupo, mais longe ele ficará de atingir o ponto ótimo de obtenção do benefício coletivo e menos provável será que ele aja para obter até mesmo uma quantidade mínima desse benefício. Em síntese, quanto maior for o grupo, menos ele promoverá seus interesses comuns” (Olson, 1999:48).

Entre os diversos fatores que impedem a obtenção de benefícios coletivos, talvez os *free-riders* sejam o mais comum, e está associado com as imperfeições do mercado e com uma de suas fontes: a oferta de bens públicos. São por exemplo, os coletivos e produtores pouco engajados nas ações do CFE que se apropriam de externalidades positivas (ou benefícios externos das ações individuais e coletivas) e não precisam pagar por elas. Como aponta Acheson e Bates (Cunha, 2004), em contextos nos quais há grande incentivo para ação de *free-riders*, determinados serviços podem não ser mais oferecidos e determinadas trocas evitadas. Porém, aqueles que arcam com os custos podem decidir deixar de carregar nas costas aqueles que não pagam, produzindo as conhecidas “panelinhas”.

Entretanto, a divisão interna dentro do CFE não se dá apenas entre *free-riders* e indivíduos com comportamento cooperativo. A ação coletiva é afetada, também, por diferenças de classe, poder político e econômico, etnia, gênero, profissão, status, religião, interesses de indivíduos e de grupos, entre outros.

Mancur Olson é muito lúcido ao defender que os indivíduos não vão agir de forma cooperativa automaticamente para proporcionar bens públicos, mesmo que tenham benefícios com esta ação. Estes bens públicos serão proporcionados apenas quando incentivos especiais evitam o problema dos *free-riders*. Porém, a teoria da ação coletiva de Olson desconsidera que normas, valores ou padrões culturais podem gerar condições em que indivíduos participam de ações coletivas sem quem seja necessário recorrer a sanções ou incentivos. Assim, para Olson, a resolução dos dilemas sociais se dá mediante a ação de um interventor externo que ofereça benefícios ou imponha sanções que estimulem os indivíduos a agirem coletivamente.

Em relação ao circuito fora do eixo, um possível interventor externo seria o poder público. Entretanto, a instituição não depende integralmente dos editais de incentivo à cultura, nem do financiamento direto do Estado para desenvolver ações coletivas. Pelo contrário, há uma mobilização dentro do circuito que propõe a sua ocupação em diferentes estágios, estimulando os coletivos a debaterem políticas públicas nos seus municípios e nos seus estados e se articularem com lideranças políticas.

Por sua vez, Ostrom (1998) propõe uma segunda geração de modelos de racionalidade, que se fundamenta na constatação, empírica, de que indivíduos se ocupam sistematicamente de ação coletiva para prover bens públicos locais ou administrar recursos comuns sem uma autoridade externa para oferecer incentivos ou impor sanções, mas, através de regras de reciprocidade e confiança. O modelo teórico construído por Ostrom (1998) critica a abordagem de Olson (1999) e amplia as possibilidades de compreensão e análise da ação coletiva empreendida por grupo e/ ou organizações.

A teoria dos recursos comuns nasce em torno do debate crítico ocorrido nos campos da teoria da escolha racional e do novo institucionalismo (Ostrom, 1998, Cunha, 2004). Ela consiste num modelo analítico e explicativo para o estudo das experiências de grupos de usuários e comunidades que envolvem o manejo de recursos comuns. Ela se articula em quatro esferas de análise: 1) a estrutura do sistema de recursos comuns; b) os atributos e o comportamento do grupo de usuários; c) as regras de acesso e uso que os usuários utilizam para manejar o recurso comum; e d) os resultados obtidos pela adoção dessas regras e pelo comportamento dos usuários.

A análise destas esferas deve combinar fatores internos e externos. Da perspectiva local, precisamos questionar como os meios de produção e de circulação de bens culturais influenciam nas decisões dos indivíduos em empreenderem uma ação coletiva para regular o uso destes meios. Por outro lado, da perspectiva dos fatores externos, deve-se questionar como incentivos externos (financiamento de verba pública e privada, através de editais de incentivo à cultura ou parcerias com iniciativa privada, por exemplo) que agem sobre os membros do Circuito Fora do Eixo podem

favorecer uma ação coletiva consistente e persistente.

Esta análise permite, portanto, identificar a evolução das instituições através da ação coletiva (Ostrom, 1990), já que os membros do CFE podem mudar as regras da instituição e promover mudanças estruturais quando observam que o recurso comum do qual dependem está sendo depredado. A teoria dos recursos comuns pressupõe que a existência de uma estrutura de distribuição desigual dos benefícios não é um motivo suficiente para afetar a decisão de mudar a estrutura institucional quando estes recursos não estão ameaçados de depredação.

Assim, a reciprocidade é uma classe importante de normas e um conjunto de estratégias que podem ser usadas na resolução de dilemas sociais que envolvem um esforço para identificar quem é mais envolvido, avaliar os cooperadores condicionais, recusar cooperar com os que não agem reciprocamente, e punir os que traem a confiança (Ostrom, 1998). Todas as normas de reciprocidade compartilham ingredientes comuns que permitem aos indivíduos reagirem às ações positivas de outros com respostas positivas e às ações negativas de outros com respostas negativas. Reciprocidade é uma norma básica ensinada em todas as sociedades.

No circuito fora do eixo, comumente ouvimos termos como “Banco de estímulo”, debatido em reuniões de sustentabilidade do grupo. Este “banco imaginário” tenta dar suporte para aqueles indivíduos (integrantes ou parceiros externos) que estão sem confiança na organização (e, conseqüentemente, irão deixar de investir trabalho no circuito) ou para aqueles cuja reciprocidade é abalada (coletivo X possui uma demanda para coletivo Y, que não corresponde, prejudicando os interesses de coletivo X).

Podemos então questionar: no CFE, esta reciprocidade se traduz em relação econômica? Se sim, como medir então a capacidade de ação de cada coletivo? Esta representação “quase cambial” da confiança produzida pelo CFE talvez ocorra porque quando muitos indivíduos usam a reciprocidade, há um incentivo para adquirir uma reputação para manter promessas e executar ações, que dependem de cooperação de todos, com custos a curto prazo, mas benéficas à coletividade a longo prazo (Ostrom, 1998).

4. Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre (2006). *O poder simbólico*. 13ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CANCLINI, Néstor García (1997). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP.
- CAPRA, Fritjof (2008). *Vivendo Redes*. In: Duarte, Fábio; Quandt, Carlos; Souza, Queila. *O Tempo Das Redes*, p. 21/23. São Paulo: Editora Perspectiva S/A.
- CUNHA, Luís Henrique (2004). *Da "tragédia dos comuns" à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário de recursos naturais*. Revista Raízes, v. 23, Nº1 e 2, p. 10-26.
- DUARTE, Fábio e Frei, Klaus (2008). *Redes Urbanas*. In: Duarte, Fábio; Quandt, Carlos; Souza, Queila. *O Tempo Das Redes*, p. 156. São Paulo: Editora Perspectiva S/A.
- ELSTER, J (1994). *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará.
- GALDINO, G. S. (2010) *Parapoderembolar: o mercado e as identidades no universo da música independente paraibana*. Campina Grande, PB: PPGCS/UFCG, dissertação de mestrado (mimeo).
- HARVEY, David (2008). *Condição pós-moderna*. 17ed. São Paulo: Edições Loyola.
- NETTO, Manuel Caio (2008). *Um som barato: redefinições na experiência do consumo musical*. Em anais da 32ª reunião da ANPOCS, Caxambu – MG.
- OLSON, Mancur (1999). *Lógica da ação coletiva*. São Paulo: EDUSP.
- OSTROM, Elinor (1998). *A behavioral approach to the rational choice theory of collective action*. In. American Political Science Association, Vol. 92 Nº1.
- YÚDICE, George (2006). *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte:

Editora UFMG.